

Mulheres no mercado de trabalho no 1º trimestre de 2020

*Daniela Salomão Gorayeb
Georgia Christ Sarris
Juliana de Paula Filleti
Maria Fernanda Cardoso de Melo*

Introdução

Este boletim nº 1 do volume 2, elaborado pelo Núcleo de Pesquisas de Economia e Gênero da FACAMP, apresenta os dados do 1º trimestre de 2020 da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) do IBGE e os compara com o trimestre imediatamente anterior e com o mesmo trimestre do ano anterior, utilizando-se, na análise, o recorte de gênero. Nas seções de 1 a 4, exibem-se os dados com algumas características da população na força de trabalho brasileira, bem como algumas do contingente que está fora da força de trabalho. Na seção 5, apresentam-se os dados dos rendimentos, com diferentes recortes, ainda que guardando as diferenciações entre os gêneros.

Seção 1 - Composição da População em Idade Ativa (PIA)

No gráfico 1, mostra-se a composição da População em Idade Ativa (PIA) – população com 14 anos ou mais de idade – com a participação majoritária das mulheres (52,6%). Como se pode observar, a PIA é dividida em dois subgrupos: a população na Força de Trabalho (FT) – pessoas que estavam ocupadas¹ ou desocupadas² na semana de referência da pesquisa – e a população Fora da Força de Trabalho (FFT) – pessoas que não estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa. A despeito de serem maioria na PIA, nota-se uma menor representatividade das mulheres na Força de Trabalho (44,9%) e na população ocupada (43,8%) do que a dos homens (55,1% na FT e 56,2% na população ocupada). No entanto, na população Fora da Força de Trabalho, as mulheres têm uma participação bem maior do que a dos homens (64,5% *versus* 35,5%). Esses números mostram que o potencial de trabalho das mulheres é maior do que os dados do mercado de trabalho podem revelar. Quando se observam os dados da Força de Trabalho Potencial – uma parte da população fora da força de trabalho que não estava

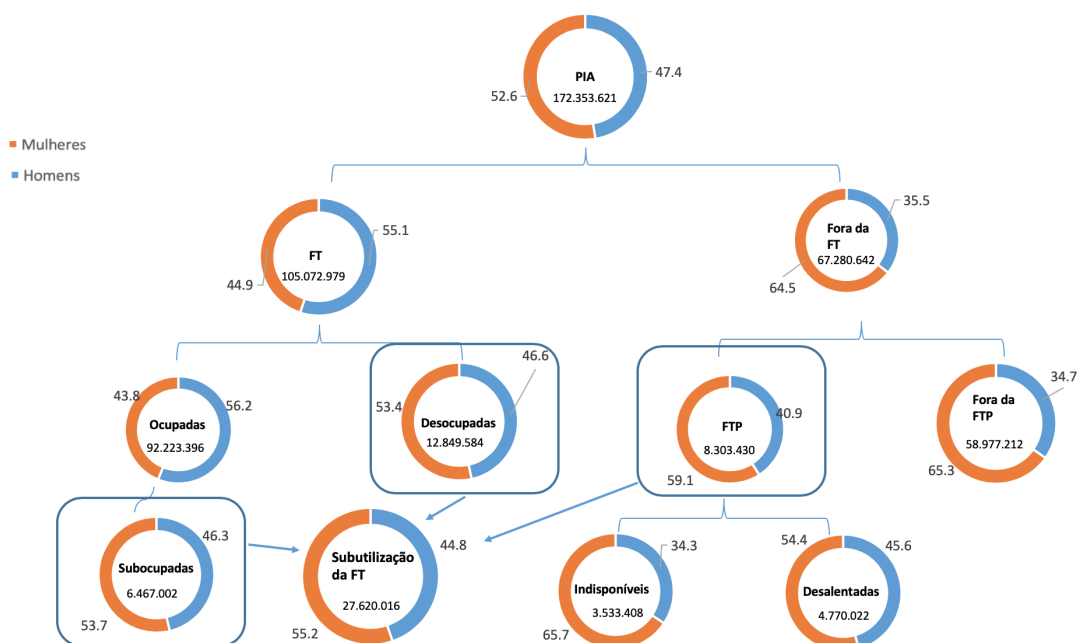
¹ São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.

² São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência.

ocupada nem desocupada na semana de referência, mas com potencial para se tornar força de trabalho³ – as mulheres são a ampla maioria (59,1%).

Além disso, nas demais subdivisões da população na Força de Trabalho é possível notar que as mulheres representam a maioria em todas as categorias compatíveis com trabalho mais precário, tais como: Pessoas Subocupadas (53,7%) – pessoas de 14 anos ou mais que trabalhavam habitualmente menos de 40 horas semanais, estavam disponíveis e gostariam de trabalhar mais horas – e entre as Pessoas Desocupadas (53,4%). Sendo assim, a participação feminina na Subutilização da Força de Trabalho – resultado consolidado das pessoas Subocupadas, Desocupadas e na Força de Trabalho Potencial – é também significativa, representando 55,2%. Além disso, as mulheres são maioria no conjunto de pessoas Fora da Força de Trabalho Potencial (65,3%) – pessoas que não estão ocupadas ou desocupadas e não desejam ou não podem buscar ou ter uma ocupação (em geral, idosas, estudantes e pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade).

Gráfico 1: Brasil: composição da População em Idade Ativa (PIA) - 1º trimestre 2020



Fonte: Microdados PNAD contínua trimestral – IBGE. Elaboração NPEGen.

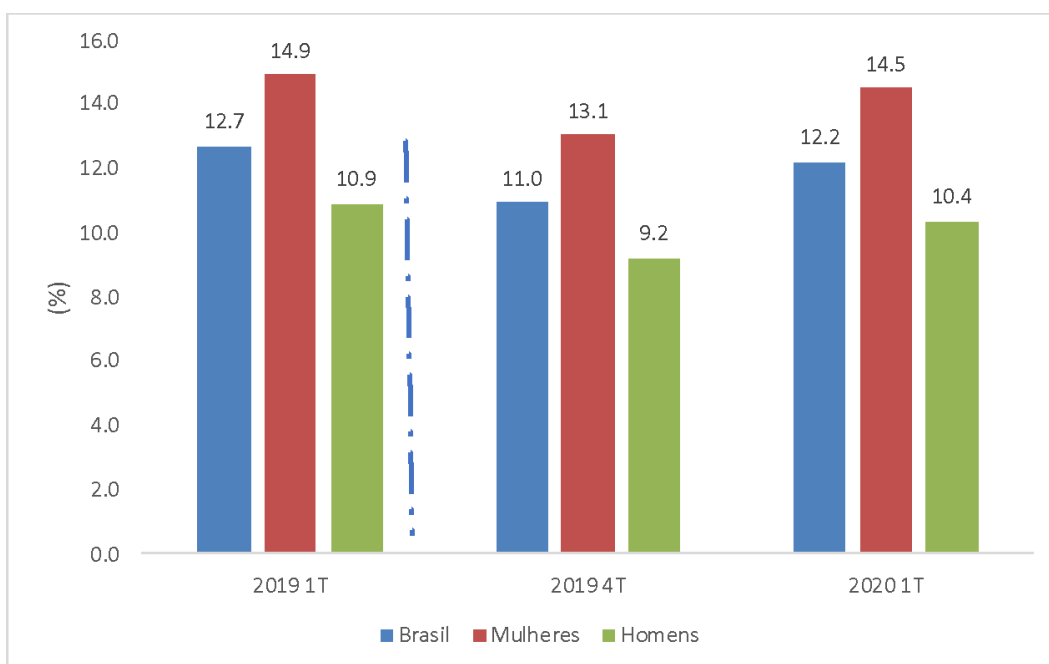
Seção 2 - Taxas de desocupação, de subocupação e de subutilização da Força de Trabalho

Para o total do Brasil, a taxa de desocupação (número de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho) apresentou uma elevação no primeiro trimestre de 2020 (12,2%) na comparação com o 4º trimestre de 2019 (11%), mas uma leve redução na comparação com o 1º trimestre de 2019 (12,7%). Houve um comportamento similar quando observamos o sexo. As mulheres apresentaram uma elevação na taxa de desocupação em 1,4 ponto percentual na comparação com o trimestre anterior, e redução de 0,5 ponto percentual comparado com o ano

³ Os motivos para as pessoas se classificarem nesse subgrupo estão expostos na Seção 4.

anterior. Já para os homens, a elevação da desocupação também foi significativa, 1,2 ponto percentual, quando comparado ao 4º trimestre de 2019 e uma redução pouco significativa quando comparada com o 1º trimestre de 2019, de 0,5 ponto percentual. Vale lembrar que ainda não foi possível captar os efeitos da pandemia, visto que estamos considerando apenas os três primeiros meses de 2020. Como sempre, nota-se uma taxa mais elevada de desocupação para as mulheres com relação à dos homens nos três trimestres analisados. No último trimestre, houve ainda uma elevação da diferença entre essas duas taxas (a taxa de desocupação das mulheres no 1º trimestre de 2020 mostrou-se 4,1 pontos percentuais maior do que a dos homens).

Gráfico 2: Taxa de Desocupação para o Brasil, Mulheres e Homens - 1º trimestre 2019, 4º trimestre de 2019 e 1º trimestre de 2020

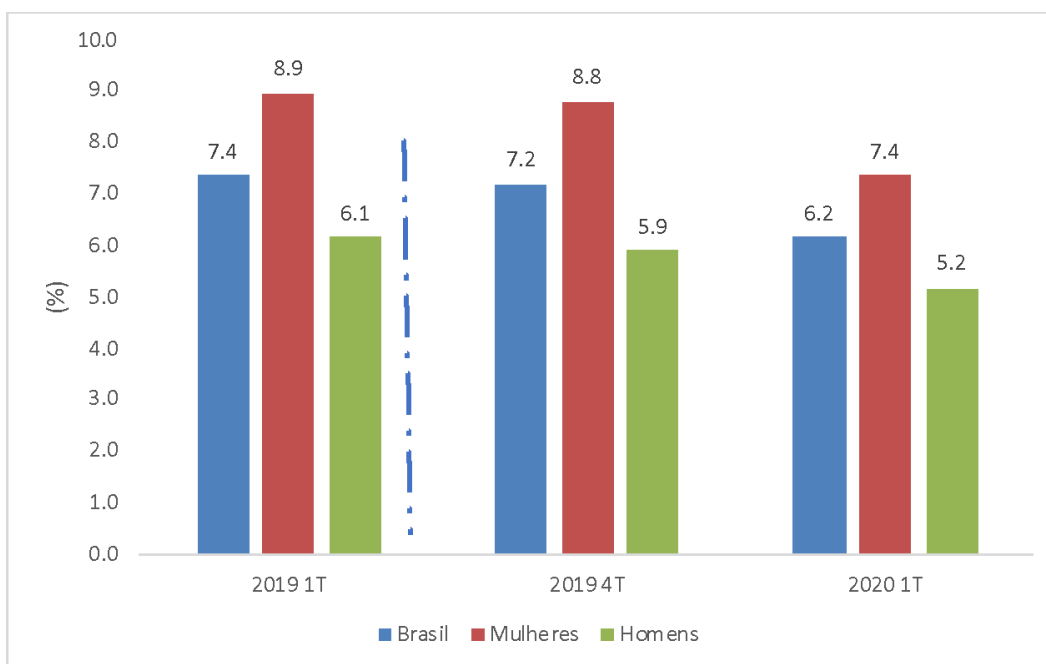


Fonte: Microdados PNAD contínua trimestral – IBGE. Elaboração NPEGen.

As taxas de Subocupação⁴ do Brasil, a das mulheres e a dos homens (Gráfico 3) – representadas pelo percentual de pessoas Subocupadas em relação às pessoas na Força de Trabalho – apresentaram uma redução no 1º trimestre de 2020 tanto com relação ao 4º trimestre de 2019, quanto na comparação com o 1º trimestre de 2019. A taxa de subocupação das mulheres, como sempre, foi maior do que a dos homens (7,4 *versus* 5,2% no 1º trimestre de 2020).

⁴ São classificadas como Pessoas Subocupadas aquelas que trabalharam menos do que 40 horas semanais no seu único trabalho ou no seu conjunto de todos os seus trabalhos, gostariam de trabalhar mais horas do que as habitualmente trabalhadas e estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.

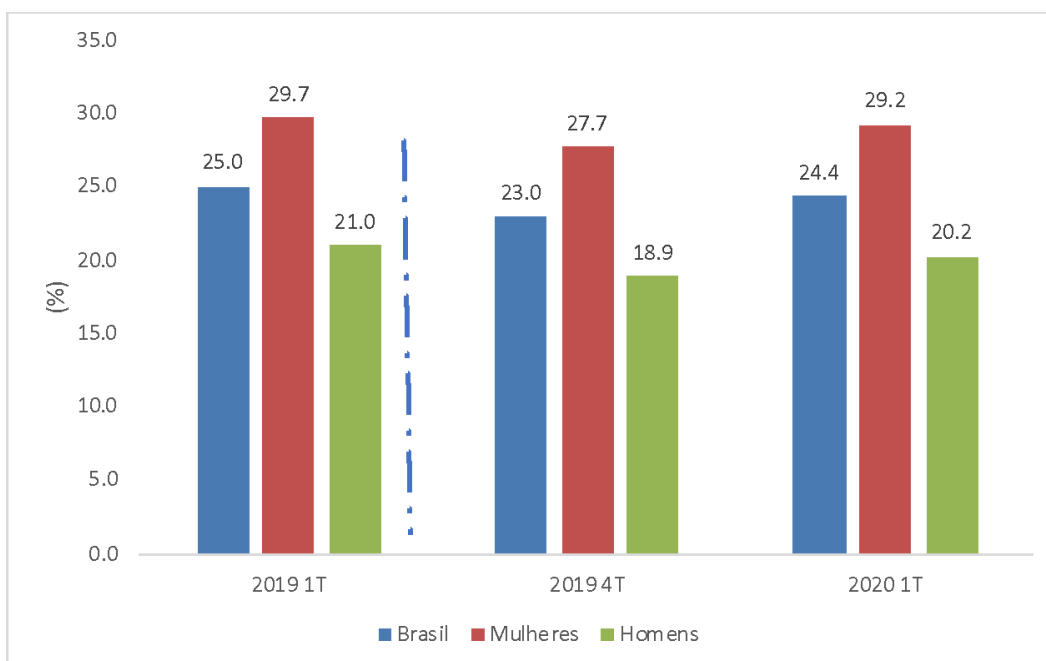
Gráfico 3: Taxa de Subocupação para o Brasil, Mulheres e Homens - 1º trimestre 2019, 4º trimestre de 2019 e 1º trimestre de 2020



Fonte: Microdados PNAD contínua trimestral – IBGE. Elaboração NPEGen.

Diferentemente da taxa de subocupação, as taxas de subutilização da Força de Trabalho (Gráfico 4) do Brasil, das Mulheres e dos Homens – representadas pelo percentual de pessoas Desocupadas, Subocupadas e na Força de Trabalho Potencial, com relação à Força de Trabalho Ampliada⁵ – apresentaram comportamento mais próximo ao da taxa de desocupação quando comparadas aos outros períodos. Para as três categorias, houve um aumento significativo da taxa no 1º trimestre de 2020 com relação ao trimestre anterior (para o Brasil, 24,4 *versus* 23,0%; para as mulheres 29,2 *versus* 27,7% e para os homens, 20,2 *versus* 18,9%), mas fica claro o maior impacto para as mulheres. Comparando com o 1º trimestre de 2019, houve redução pouco significativa, retornando praticamente ao patamar anterior (redução de 0,6 ponto percentual para o Brasil; 0,5 ponto percentual para as mulheres e 0,8 ponto percentual para os homens).

⁵ Força de trabalho Ampliada corresponde à soma das pessoas na Força de Trabalho (FT) com as pessoas na Força de Trabalho Potencial (FTP)

Gráfico 4: Taxa de Subutilização para o Brasil, Mulheres e Homens - 1º trimestre 2019, 4º trimestre de 2019 e 1º trimestre de 2020


Fonte: Microdados PNAD contínua trimestral – IBGE. Elaboração NPEGen.

Seção 3 - Taxa de variação (%), segundo a posição na ocupação

Como pode ser observado a partir da tabela 1, houve uma redução no número de pessoas ocupadas no 1º trimestre de 2020, quando comparado com o 4º trimestre de 2019. Para o Brasil como um todo, o número de ocupados diminuiu 2,5%, sendo uma redução de 3,1% para as mulheres e 1,9% para os homens. Novamente, as mulheres sentem mais os impactos das variações no mercado de trabalho.

**Tabela 1: Pessoas ocupadas, segundo a posição na ocupação e o sexo – Taxa de variação (%)
1º trimestre de 2020 versus 4º trimestre de 2019**

	BRASIL	MULHERES	HOMENS
EMPREG. SETOR PRIVADO CC	- 1,7	- 1,7	- 1,7
EMPREG. SETOR PRIVADO SC	- 7,0	- 7,3	- 6,9
TRAB. DOMÉSTICO CC	- 7,4	- 8,1	- 1,4
TRAB. DOMÉSTICO SC	- 5,5	- 5,8	- 0,9
EMPREG. SETOR PÚBLICO CC	1,1	2,3	- 0,5
EMPREG. SETOR PÚBLICO SC	- 6,3	- 5,2	- 8,0
MILITAR E SERVIDOR ESTATUTÁRIO	1,9	0,5	3,8
EMPREGADOR (A)	- 1,3	- 5,2	0,4
CONTA PRÓPRIA	- 1,6	- 2,4	- 1,2
TRABALHADOR FAMILIAR AUXILIAR	- 4,7	- 6,0	- 2,3
TOTAL	- 2,5	- 3,1	- 1,9

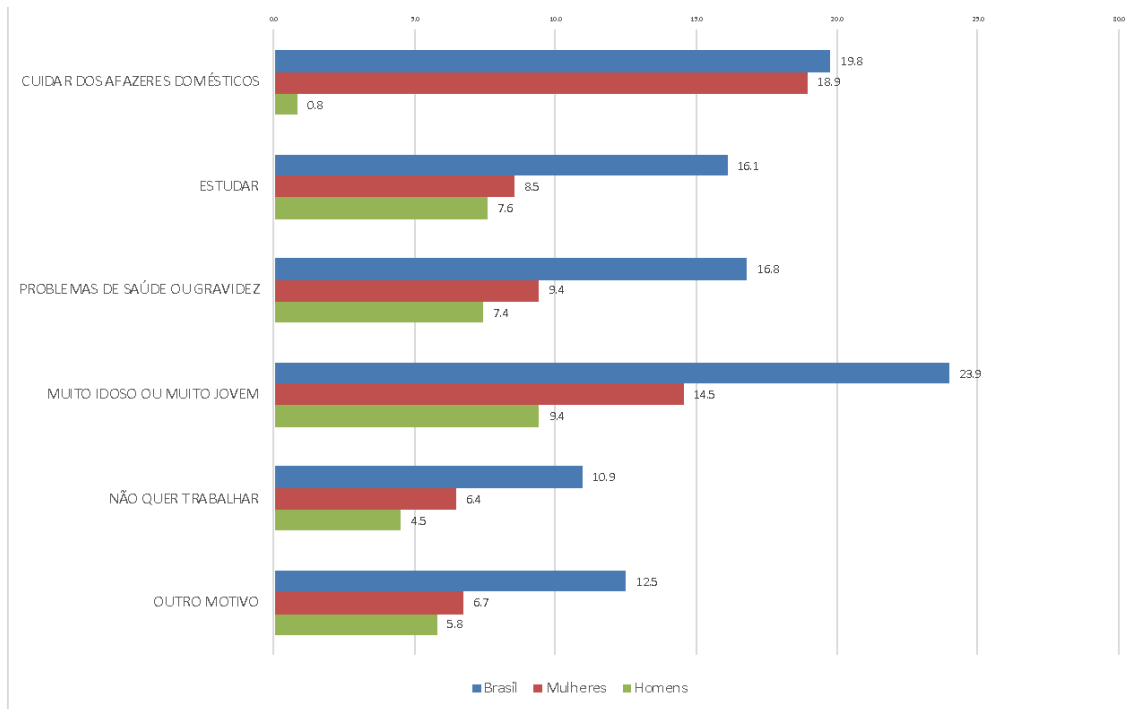
Fonte: Microdados PNAD contínua trimestral – IBGE. Elaboração NPEGen.

A única categoria com variação positiva para todas as categorias analisadas foi a de militares e servidores estatutários. Houve grande impacto para os empregados do setor privado sem carteira, tanto para as mulheres e para os homens (-7,3 e -6,9%, respectivamente), trabalhadores domésticos com carteira (-8,1 e -2,4%, respectivamente) e sem carteira (-5,8 e -0,9%, respectivamente), empregados do setor público sem carteira (-5,2 e -8,0%, respectivamente), assim como dos trabalhadores familiares auxiliares (-6,0 e -2,3%, respectivamente). Para a categoria de empregadores, houve uma grande redução da participação das mulheres (-5,2%) e leve aumento para os homens (0,4%). Ressalte-se que até mesmo as ocupações do tipo conta própria (nas quais se apresenta grande parte das subocupações) apresentaram redução nesse trimestre (-1,6% para o Brasil, -2,4% para as mulheres e -1,2% para os homens).

Se já foi possível observar esse forte impacto negativo no número de ocupações no primeiro trimestre de 2020, período em que as medidas que provocaram paralisação ou redução da produção brasileira ainda não tinham alcançado sua grande amplitude (pois se iniciaram na segunda quinzena de março), pode-se prever um cenário bastante desalentador para o próximo trimestre de 2020.

Seção 4 - Motivos para estar na Força de Trabalho Potencial

Outro resultado importante a ser observado a partir da PNAD contínua é o motivo pelo qual a pessoa não pôde fazer parte da Força de Trabalho, embora desejasse. Dentre os motivos considerados pelo IBGE, os destaques ficam para pessoas indisponíveis por estarem cuidando dos afazeres domésticos ou por serem consideradas idosas ou jovens demais para o mercado de trabalho. Como pode-se notar no gráfico 5, 23,9% das pessoas são consideradas idosas ou jovens demais para trabalhar, sendo desse percentual 14,5 pontos percentuais de mulheres e 9,4 pontos percentuais de homens. O segundo principal motivo de afastamento do mercado de trabalho é o cuidado dos afazeres domésticos, sendo que 19,8% das pessoas estão fora do mercado por esse motivo. Aqui o destaque fica para a elevada participação feminina neste item: 18,9% das pessoas que não estão no mercado de trabalho são mulheres responsáveis pelos afazeres domésticos e apenas 0,8% são homens afastados pelo mesmo motivo. Em terceiro lugar, as pessoas não estão procurando trabalho por problemas de saúde ou por gravidez, representando 16,8% das pessoas na Força de Trabalho, dessas, sendo 9,4 pontos percentuais de mulheres. Apenas em quarto lugar estão os estudantes, sendo 16,1% do total (sendo a divisão entre mulheres e homens bem equilibrada, como é possível ver no gráfico). Os dois últimos motivos, não querer trabalhar ou outro motivo, somam 23,4%.

Gráfico 5: Motivos para não estar no mercado de trabalho no 1º trimestre de 2020


Fonte: Microdados PNAD contínua trimestral – IBGE. Elaboração NPEGen.

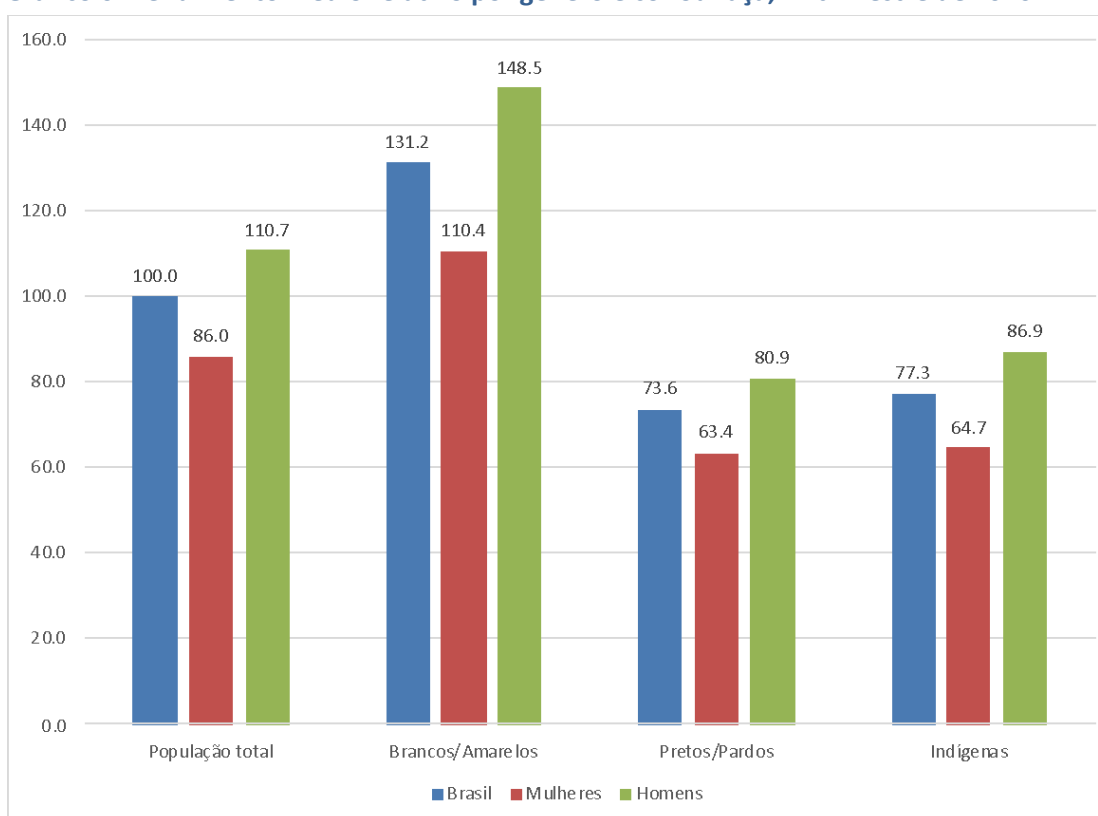
Seção 5 - Rendimentos

Os gráficos comparativos de rendimentos⁶ estão apresentados de tal forma que o rendimento médio do Brasil no 1º trimestre de 2020 é o rendimento de referência, valor 100 no gráfico. Os demais rendimentos são avaliados comparativamente ao rendimento médio do Brasil.

- **Cor ou raça**

Aqui, as pessoas foram separadas de tal forma a apresentar, primeiramente, os rendimentos médios do Brasil (esta é a base 100), das mulheres e dos homens. Depois as pessoas foram separadas de acordo com a cor ou raça – brancos/amarelos, pretos/pardos e indígenas – e, também, pelo gênero.

Gráfico 6: Rendimento médio relativo por gênero e cor ou raça, 1º trimestre de 2020



Fonte: Microdados PNAD contínua trimestral – IBGE. Elaboração NPEGen.

Assim, é possível notar, a partir da observação do gráfico 6, que as mulheres pretas/pardas apresentaram o menor rendimento médio da população, equivalente a 63,4% do rendimento médio do Brasil. Elas foram seguidas pelas mulheres indígenas, com apenas 64,7% do rendimento médio da população e depois por homens pretos/pardos (80,9%). Já no outro extremo, situaram-se os homens brancos/amarelos, com um rendimento equivalente a 148,5%

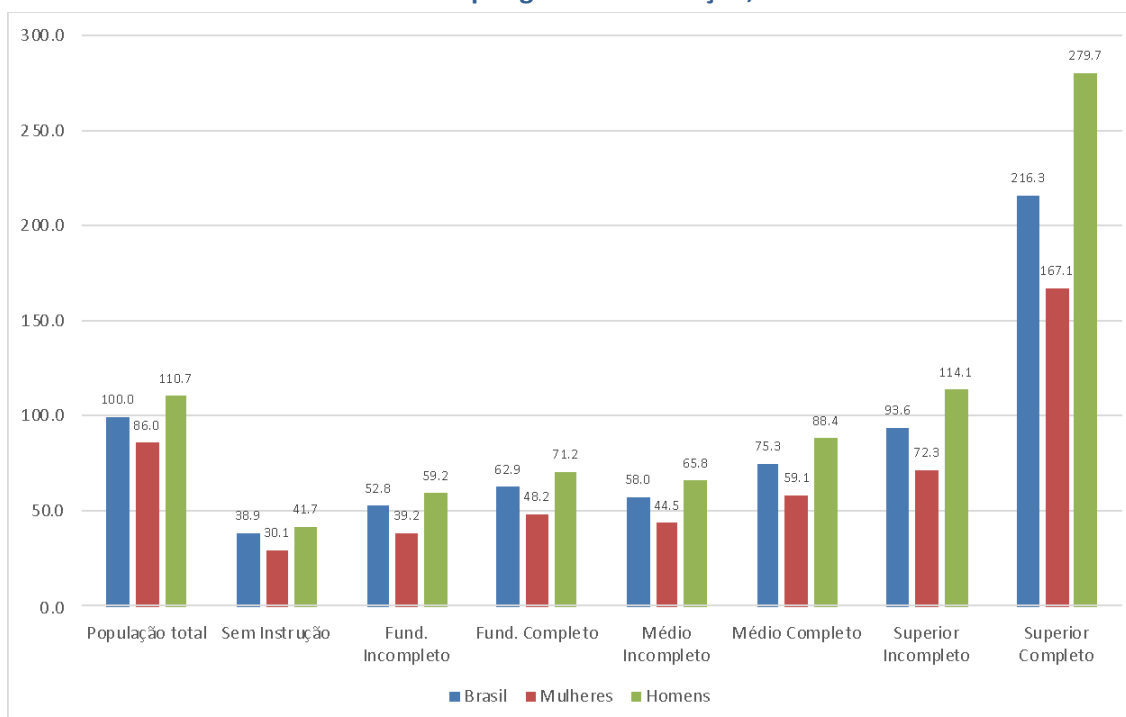
⁶ Utilizou-se aqui o rendimento médio habitualmente recebido. De acordo com o Glossário da PNAD contínua, "O rendimento habitual consiste no rendimento recebido por empregados, empregadores e trabalhadores por conta própria, mensalmente, sem acréscimos extraordinários ou descontos esporádicos.

ao rendimento médio do Brasil, sendo seguidos pelas mulheres brancas/amarelas (110,4%), mostrando como o recorte por cor, raça ou etnia também é muito relevante no contexto da desigualdade de rendimentos no Brasil.

- **Nível de instrução**

Outro fator importante a ser considerado na questão da desigualdade de renda é o nível de instrução. É de se esperar que o aumento do nível de instrução acarrete um aumento nos rendimentos. Novamente, considera-se, no gráfico 7, o rendimento médio do Brasil como o valor de referência (com base igual a 100) e os demais rendimentos são comparados a esse de acordo com o nível de instrução e o gênero. É possível notar que apenas as mulheres com nível superior completo foram capazes de ultrapassar o rendimento médio da população, chegando a receber 167,1% do rendimento médio total. Porém, nos demais níveis de instrução, o rendimento médio das mulheres foi sempre inferior ao do total, saindo de 30,1% do rendimento médio do Brasil (para as mulheres sem instrução) e chegando em 72,3% da média brasileira com nível de instrução superior incompleto. Já os homens, eles conseguiram ultrapassar o rendimento médio do Brasil já no ensino superior incompleto (114,1%). Contudo, a maior diferença aparece para o nível superior completo. Os homens receberam 279,7% da média da população, distanciando-se grandemente dos rendimentos femininos nessa categoria de instrução (167,1% da média brasileira).

Gráfico 7: Rendimento médio relativo por gênero e instrução, no 1º trimestre de 2020



Fonte: Microdados PNAD contínua trimestral – IBGE. Elaboração NPEGen.

Esse gráfico também revela o crescimento da desigualdade de renda entre mulheres e homens de acordo com o aumento do nível de escolaridade. Afinal, as mulheres sem instrução auferiram cerca de 72,2% do rendimento dos homens na mesma categoria, enquanto as mulheres com

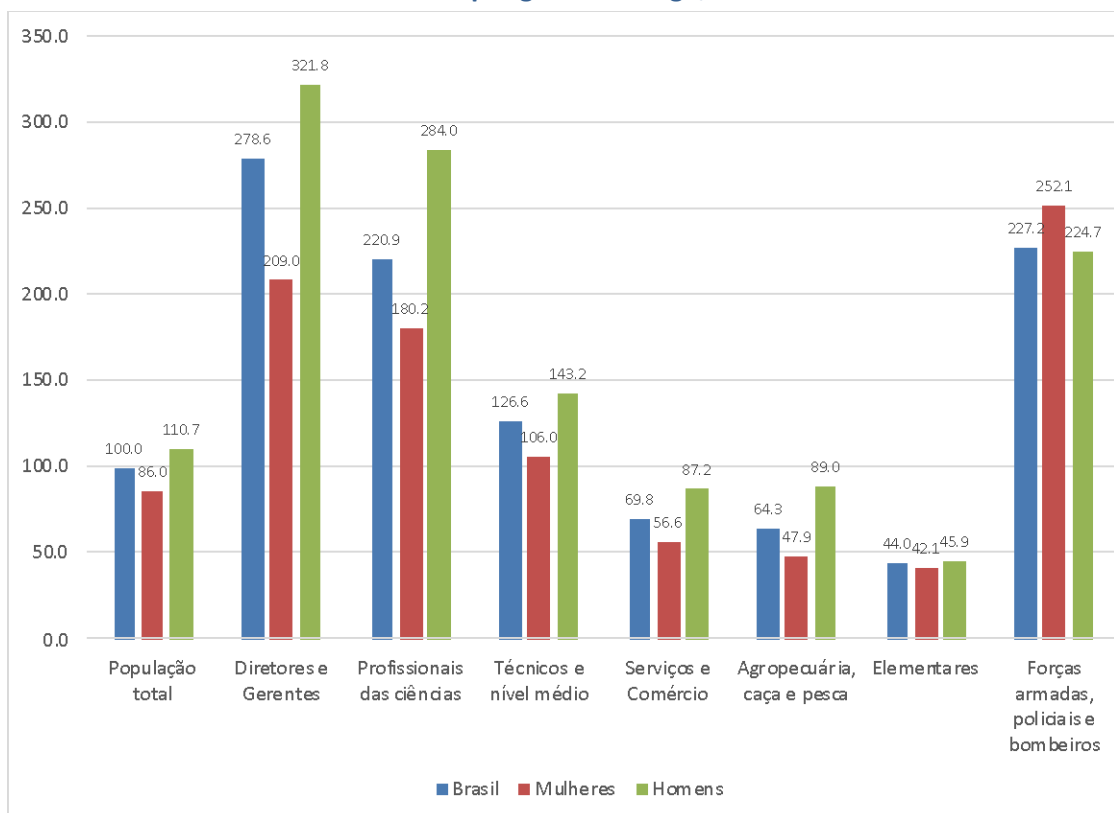
nível superior completo receberam apenas 59,7% dos salários dos homens com a mesma instrução. É possível notar, comparando com os dados do trimestre anterior, uma ampliação da desigualdade de rendimento entre homens e mulheres⁷, quando a diferença era de 82,1% para pessoas sem instrução e de 61,9% para pessoas com ensino superior completo.

- **Cargo**

O gráfico 8 compara as diferenças de renda entre homens e mulheres de acordo com os cargos ocupados. Antes de iniciar os comentários do gráfico, salienta-se que nem todos os cargos foram considerados na sua construção; foram selecionados apenas aqueles mais representativos para a análise da desigualdade salarial.

É possível notar, examinando o gráfico 8, alguns cargos capazes de ultrapassar o rendimento médio do Brasil. São eles: Diretores e Gerentes, Profissionais da Ciência, os Técnicos e Profissionais de Nível Médio, assim como os membros das Forças Armadas. Porém, nem todos os cargos seguiram o mesmo padrão: os três primeiros apresentaram uma grande desigualdade de rendimentos entre as mulheres e os homens, enquanto o último apresentou desigualdade significativa, porém menor, com vantagem para as mulheres.

Gráfico 8: Rendimento médio relativo por gênero e cargo, no 1º trimestre de 2020



Fonte: Microdados PNAD contínua trimestral – IBGE. Elaboração NPEGen.

Os homens nos cargos de Diretores e Gerentes alcançaram rendimento médio 3,2 vezes maior ao do Brasil (321,8%). Já as mulheres nos mesmos cargos ficaram com 209,0% da média da

⁷ Vide Boletim MMT, volume 01, número 04, novembro 2019.

população. Assim, para esses mesmos cargos de direção e gerência nas organizações, as mulheres receberam apenas 64,9% dos rendimentos dos homens. A situação é bem semelhante para os cargos de profissionais da ciência, cargos nos quais as mulheres ganharam 63,5% dos rendimentos dos homens. Seguindo linha similar, porém em situação parcialmente melhor, está a desigualdade para os técnicos e profissionais de nível médio, carreira na qual as mulheres auferiram rendimentos equivalentes a 74,0% do rendimento médio dos homens.

Está nos cargos das forças armadas a única situação dos dados apresentados pela PNAD onde as mulheres ultrapassaram os rendimentos dos homens (os rendimentos médios são 252,1% para as mulheres e 224,7% para os homens da média do Brasil. Contudo, neste caso, ressalte-se a diferença menor entre os rendimentos de homens e mulheres (as mulheres ganham 112,2% do rendimento dos homens). Além disso, saliente-se a pequena participação das mulheres nesses cargos.

Expediente

FACAMP Mulheres no Mercado de Trabalho é uma publicação trimestral do NPEGen – Núcleo de Pesquisas de Economia e Gênero da FACAMP que repercute os resultados dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE.

FACAMP é uma faculdade privada com espírito público fundada em 2000 por João Manuel Cardoso de Mello, Liana Aureliano, Luiz Gonzaga de Melo Belluzzo e Eduardo Rocha Azevedo. Com 100% de Mestres e Doutores, seu curso de Economia recebeu 5 estrelas do Guia do Estudante.

Núcleo de Pesquisa de Economia e Gênero da FACAMP

www.facamp.com.br

npegen@facamp.com.br

Pesquisadoras

Daniela Salomão Gorayeb, Georgia Christ Sarris, Juliana de Paula Filleti e Maria Fernanda Cardoso de Melo.

Como citar este Boletim:

GORAYEB, Daniela S.; SARRIS, Georgia C; FILLETI, Juliana de P.; CARDOSO de MELO, Maria Fernanda; **Mulheres no mercado de trabalho no 1º trimestre de 2020**. In FACAMP Boletim NPEGen Mulheres no Mercado de Trabalho. Campinas: Editora FACAMP, volume 02, número 01,